



SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2016 e

**Balço Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Patrimônio Líquido
Notas Explicativas
Demonstração dos Recursos de Consórcio
Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos
Relatório de Auditoria Independente
Relatório de Administração**

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Administradora de Consórcio S/A, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Novo Hamburgo - RS

Introdução

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em **30 de junho de 2016** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, das variações nas disponibilidades dos grupos e dos recursos coletados e utilizados dos grupos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e, que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados, para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras da empresa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

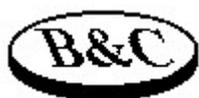
Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.** em **30 de junho de 2016**, o desempenho de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As Demonstrações Financeiras levantadas em **31/12/2015**, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas, sendo emitido relatório de auditoria independente em **21/03/2016**, sem ressalvas.

Porto Alegre, 30 de agosto de 2016.



BARBACOVI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/RS 2735

Cláudio Severo do Nascimento
Contador CRC/RS 49.356/O-7
CNAI N° 618

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balço Patrimonial Levantado
em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

(Em R\$ mil)

	30/06/2016	31/12/2015
ATIVO		
<u>Circulante</u>	42.335	40.975
Caixa e Bancos	17	35
Títulos e Valores Mobiliários	40.298	39.704
Serviços Prestados a Receber	100	35
Adiantamento e Antecipações Salariais	15	14
Impostos a Recuperar	701	737
Devedores p/ Compra de Bens	361	79
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	769	346
Devedores Diversos - País	38	15
Despesas Antecipadas	36	10
<u>Não Circulante</u>	31.479	29.725
Realizável a Longo Prazo		
Devedores p/ Compra de Bens	2.511	0
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	6.798	1.124
Impostos Diferidos a Compensar	167	154
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	10.830	9.578
Aplicações em Quotas de Consórcios	1.947	1.988
Empréstimos a Grupos	7.830	6.498
Devedores por Depósito em Garantia	307	277
Investimentos em Imóveis	0	2.858
Investimentos Empresas Ligadas	0	6.146
Imobilizado em Uso	1.073	1.092
Intangível	16	10
<u>Total do Ativo</u>	73.814	70.700

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balanco Patrimonial Levantado
em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

(Em R\$ mil)

PASSIVO

	30/06/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>	49.793	47.983
Dividendos a Pagar	0	423
Fiscais e Previdenciárias	455	401
Provisão para Pagamentos a Efetuar	156	22
Provisão para Férias c/Encargos	380	189
Credores Diversos - País	716	608
Recursos a Devolver a Consorciados	47.594	45.886
Provisão p/Contingências Trabalhistas	492	454
<u>Não Circulante</u>	10.863	9.611
Provisão s/Lucro Diferido	33	33
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	10.830	9.578
<u>Patrimônio Líquido</u>	13.158	13.106
Capital Social	4.500	4.500
Reservas de Reavaliação	242	242
Reservas de Lucros	9.401	9.349
Ações em Tesouraria	(985)	(985)
<u>Total do Passivo</u>	73.814	70.700

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração do Resultado Levantado
em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015****(Em R\$ mil)**

	<u>1º Sem/2016</u>	<u>2º Sem/2015</u>
<u>Receitas Operacionais</u>	11.856	11.476
Receita de Prestação de Serviços	8.631	8.481
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	2.659	2.777
Outras Receitas Operacionais	566	218
<u>Despesas Operacionais</u>	(11.113)	(11.127)
Despesas com Pessoal	(2.560)	(2.352)
Despesas Tributárias	(1.385)	(1.248)
Despesas Administrativas	(5.000)	(5.427)
Despesas Financeiras	(1.825)	(1.881)
Outras Despesas Operacionais	(339)	(211)
Resultado Extraordinário	(4)	(8)
Resultado antes das Particip. em Outras Empresas	743	349
Resultado de Equivalência Patrimonial	56	531
Resultado antes da Tributação s/Lucros	799	880
Imposto de Renda	(172)	(64)
Contribuição Social	(67)	(33)
Resultado Líquido do Exercício	560	783
Resultado Líquido por Ação	0,1244	0,1740

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Levantadas
em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015
(Em R\$ mil)

Eventos/Contas Ano	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Lucros Retidos	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Aumento de Capital	Amortização Prejuízos				
Saldo em 30/06/2015	4.500	242	628	771	230	7.360	(985)	0	12.746
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	783	783
Destinação do Resultado									0
Reserva Legal	0	0	89	0	0	0	0	(89)	
Dividendos Propostos	0	0	0	0	0	0	0	(423)	(423)
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	271	0	(271)	0
Saldo em 31/12/2015	4.500	242	717	771	230	7.631	(985)	0	13.106
Pagto. Dividendos Suplementares	0	0	0	0	0	0	0	(508)	(508)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	(508)	0	508	0
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	560	560
Destinação do Resultado									
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	560	0	(560)	0
Saldo em 30/06/2016	4.500	242	717	771	230	7.683	(985)	0	13.158

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 87.852.273/0001-42

**Demonstração do Fluxo de Caixa Levantado
em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015**

(Em R\$ mil)

	<u>1º Sem/2016</u>	<u>2º Sem/2015</u>
<u>Fluxo das Atividades Operacionais</u>	<u>1.526</u>	<u>(294)</u>
Resultado Líquido do Exercício	560	783
Ajustes ao Resultado:		
Despesas de Depreciação e Amortização	28	33
Baixas Investimentos	2.858	0
Baixas Investimentos - Participações em Empresas	6.202	0
Baixas Imobilizado	4	10
Provisão para Contingências Trabalhistas	38	353
Impostos Diferidos a Compensar	(13)	(109)
Resultado Equivalência Patrimonial	(56)	(531)
<u>Variações no Ativo Circulante</u>		
Serviços Prestados a Receber	(65)	(4)
Adiantamento e Antecipações Salariais	(1)	9
Impostos a Recuperar	36	(328)
Devedores p/ Compras de Bens	(282)	6
Devedores p/Compras Participações	(423)	704
Devedores Diversos - País	(23)	(5)
Despesas Antecipadas	(26)	41
<u>Variações no Passivo Circulante</u>		
Fiscais e Previdenciárias	54	81
Provisão para Pagamentos a Efetuar	134	(9)
Provisão Férias e 13º Salário	191	(126)
Credores Diversos - País	108	(1.174)
Recursos a Devolver a Consorciados	1.708	77
<u>Variações no Ativo Não Circulante</u>		
Devedores p/ Compra de Bens	(2.511)	0
Devedores p/Compras Participações	(5.674)	(599)
Aplicações em Cotas de Consórcios	41	0
Empréstimos a Grupos	(1.332)	488
Devedores por Depósito em Garantia	(30)	6
<u>Fluxo das Atividades de Investimento</u>	<u>(19)</u>	<u>0</u>
Aquisição de Imobilizado	(8)	0
Aquisição de Intangível	(11)	0
<u>Fluxo das Atividades de Financiamento</u>	<u>(931)</u>	<u>0</u>
Dividendos Propostos/Pagar	(931)	0
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<u>576</u>	<u>(294)</u>
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		
No Início do Exercício	39.739	40.033
No Final do Exercício	40.315	39.739
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<u>576</u>	<u>(294)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantado em
30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015****(Em R\$ mil)****ATIVO**

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Circulante</u>	<u>171.847</u>	<u>163.025</u>
Disponibilidades	82	380
Aplicações Financeiras	71.446	66.102
Outros Créditos	100.319	96.543
Contribuições a Receber Normais	85.221	83.961
Contribuições a Receber Atraso	2.061	2.893
Contribuições a Receber Ajuizadas	13.037	9.689
<u>Compensação</u>	<u>858.149</u>	<u>810.896</u>
Prev. Mensal Recursos a Receber de Consorticiados	4.265	4.209
Contribuições Devidas aos Grupos	446.142	420.425
Consorticiados - Bens a Contemplar	407.742	386.262
<u>Total do Ativo</u>	<u><u>1.029.996</u></u>	<u><u>973.921</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantado em
30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015****(Em R\$ mil)****PASSIVO**

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Circulante</u>	171.847	163.025
Obrigações com Consorciados	65.102	65.154
Valores a Repassar	5.349	5.243
Obrigações com Contemplações	48.832	43.820
Obrigações com a Administradora	1.925	1.285
Recursos a Devolver a Consorciados		
Ativos	10	11
Recursos a Devolver a Consorciados		
Desistentes	42.023	40.134
Recursos do Grupo	8.606	7.378
<u>Compensação</u>	858.149	810.896
Recursos Mensais a Receber de Consoiciados	4.265	4.209
Obrigações do Grupo	446.142	420.425
Bens a Contemplar	407.742	386.262
<u>Total do Passivo</u>	<u>1.029.996</u>	<u>973.921</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração das Variações das Disponibilidades dos Grupos Levantada
em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015****(Em R\$ mil)**

	<u>1º Sem/2016</u>	<u>2º Sem/2015</u>
<u>Disponibilidades no Início do Período</u>	66.482	61.453
Depósitos Bancários	380	237
Aplicações Financeiras	66.102	61.216
(+)Recursos Coletados	52.729	50.732
Contribuições p/Aquisição de Bens	38.234	36.020
Taxa de Administração	8.184	7.329
Contribuição ao Fundo de Reserva	176	159
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.595	3.120
Multas e Juros	162	192
Prêmios de Seguros	761	1.809
Outros	2.617	2.103
(-)Recursos Utilizados	47.683	45.703
Aquisição de Bens	30.738	28.589
Taxa de Administração	8.135	7.334
Multas/Juros Repass. Administradora	138	96
Prêmios de Seguros Pagos	739	1.973
Devoluções a Consorciados Desligados	2.417	685
Outros	5.516	7.026
<u>Disponibilidades no Final do Período</u>	71.528	66.482
Depósitos Bancários	82	380
Aplicações Financeiras	71.446	66.102

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Levantadas
em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
Em Milhares de Reais

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Câncio Gomes, nº 344, Porto Alegre - RS, que tem por objetivo a administração de consórcios destinados à aquisição de bens de consumo durável por seus participantes.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e também às normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

a) Estimativas Contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

c.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

c.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

e) Investimentos

Os investimentos em imóveis não de uso, estão avaliados pelo custo de aquisição. As participações em sociedades ligadas são registradas e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. (Nota Explicativa 12)

f) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 13, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

h) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e, seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e, os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; **(ii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sendo apurados com base no lucro real.

l) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observado o regime pro rata dia, exceto quanto à taxa de administração e as comissões de vendas, que são registradas pelo regime de caixa, conforme determinam as normas do Banco Central do Brasil.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	32.829	32.667
Títulos de Renda Fixa	7.469	7.037
Total	<u>40.298</u>	<u>39.704</u>

NOTA 05 – DEVEDORES POR COMPRA DE BENS

Valor referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

NOTA 06 – DEVEDORES POR COMPRA DE PARTICIPAÇÕES (Partes Relacionadas)

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda., em 2012, por R\$ 4.089 (mil), para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra, sendo que a última parcela vence em novembro de 2016. As parcelas são remuneradas pela variação do IPCA mais juros de 0,5% ao mês.

NOTA 07 – IMPOSTOS DIFERIDOS A COMPENSAR

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisões Trabalhistas	102	43
Provisões Representantes	310	331
Provisões Para outros Pagamentos	80	80
(=) Diferenças Temporárias – IRPJ	<u>492</u>	<u>454</u>
IRPJ 25%	123	113
CSLL 9%	44	41
Total dos Impostos Diferidos a Compensar	<u>167</u>	<u>154</u>

NOTA 08 – RECURSOS AJUIZADOS DE GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 09 – CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

Referem-se a títulos a receber relativos à alienação de investimentos em imóveis, sendo que a totalidade dos créditos se encontram em cobrança judicial. Sobre estes valores não foram constituídas provisões para perdas, uma vez que a administração e assessores jurídicos entendem que os valores são de provável recuperação e possuem garantias reais.

NOTA 10 – APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS EM EMPRESAS LIGADAS

Os investimentos nas empresas ligadas encontram-se demonstrados ao custo de aquisição, ajustados pelo método de equivalência patrimonial, como segue:

a) Informações Relativas às Controladas

Empresas Controladas	Therrenos Particip. Ltda.	
	30/06/2016	31/12/2015
Ações ou Quotas (Milhares)	0	6.550
% Participação	0	99,69%
Capital Social	0	6.550
Patrimônio Líquido	0	6.164

b) Movimentação dos Investimentos na Controlada

Movimentação	Therrenos Particip. Ltda.	
	30/06/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	6.146	5.846
Equivalência Patrimonial	56	300
Baixa por venda	(6.202)	0
Saldo Final	0	6.146

NOTA 13 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa % Deprec.	Em Milhares de Reais	
		30/06/2016	31/12/2015
Terrenos	-	305	305
Edificações	4 e 2,5%	778	778
Instalações	10%	278	276
Móveis e Utensílios	10%	241	247
Sistemas de Segurança	10%	35	35
Computadores e Periféricos	20%	134	167
Veículos	20%	130	130
Custo Histórico Corrigido		1.901	1.938
(-) Depreciações Acumuladas		(828)	(846)
Valor Residual Contábil		1.073	1.092

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Referem-se a contribuições e retenções incidentes sobre folha de pagamento e impostos incidentes sobre faturamento, os quais são apropriados e recolhidos mensalmente.

NOTA 15 – VALORES A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

Estão representados, basicamente, por recursos a distribuir relativo a fundo de reserva e a obrigações a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os mesmos se encontram a disposição dos beneficiários.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 17 - PROVISÃO IMPOSTOS SOBRE LUCRO DIFERIDO

Trata-se de provisão de IRPJ e CSLL incidentes sobre ativos reavaliados, sendo realizada à medida que os ativos são depreciados ou alienados.

NOTA 18 – RECONCILIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação entre a despesa com imposto de renda e contribuição social e as alíquotas efetivas está assim demonstrada:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes da CSLL/IRPJ	799	2.489
Adições		
Provisões Não Dedutíveis	81	493
Perda Equivalência Patrimonial	200	324
Outras adições IRPJ	2	15
Exclusões		
Reversão provisões para contingências cíveis e trabalhistas	(43)	(245)
Ganho Equivalência Patrimonial	(256)	(624)
Base de Cálculo da CSLL e do IRPJ	783	2.452
CSLL – 9%	(70)	(220)
CSLL Diferida a Compensar – 9%	3	22
Total CSLL	(67)	(198)
IRPJ – 15%	(117)	(368)
Adicional de IRPJ (10% s/lucro tributável acima de R\$ 20 mês)	(66)	(221)
(-) Incentivos Fiscais – Dedução	2	16
IRPJ Diferido a Compensar (Reversão) – 25%	10	62
Total IRPJ	(172)	(511)

NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

a) **Devedores por Compras de Imóveis** – Do saldo desta conta no circulante R\$ 290 e o total de R\$ 2.511 no não circulante referem-se a venda de terrenos para a empresa ligada Sinoscar S.A., a ser recebido em 116 parcelas mensais.

b) **Devedores por Compra de Participações**

Operação	Bem	Saldo	Circulante	Não Circulante	Parcelas	
					A Vencer	Vencimento
Venda p/Cia. Sinosserra de Partic.	Partic. na Guaibacar Ltda.	1.365	356	1.009	46	abr/20
Venda p/Themar Partic. Ltda.	Partic. na Therrenos Ltda.	6.202	413	5.789	180	jun/31
Total			769	6.798		

NOTA 20 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Grupos de Consórcio

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Grupos Administrados	24	25
Bens Entregues	2.877	2.590
Bens Pendentes de Entrega	4.477	3.750
Taxa de Inadimplência	0,60%	2,08%
Consorticiados Ativos	5.018	5.050
Desistentes e Excluídos no ano	14.019	15.862

- b) Aplicações Financeiras** - Representam os recursos disponíveis e outros ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, ou aplicações efetuadas em nome de consorciados contemplados as quais são mantidas em conta para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ou fundo de reserva de cada grupo ou consórcio contemplado, diariamente, não incidindo sobre estes a taxa de administração.
- c) Bens Apreendidos** - Destina-se ao registro de bens apreendidos de clientes inadimplentes.
- d) Contribuições a Receber Normais** - São registrados os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados.
- e) Contribuições a Receber em Atraso** - Registra os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados em atraso.
- f) Contribuições a Receber Ajuizadas** - Registra o valor das contribuições a receber de consorciados contemplados que estejam em atraso, com ação ajuizada.
- g) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados – Compensado** - Nesta conta é registrada a previsão de recebimentos de contribuições ao fundo comum e de reserva de consorciados ativos para o mês de **Julho de 2016**.
O montante foi calculado com base no preço do bem vigente em **30 de junho de 2016**, conforme determina a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.
- h) Contribuições Devidas aos Grupos** - Referem-se ao valor total das contribuições ao fundo comum e de reserva devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.
- i) Consorciados - Bens a Contemplar** - Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.
- j) Obrigações com Contemplações** - Nesta conta são registrados os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.
- k) Recursos a Devolver a Consorciados Ativos** - Representam os recursos a devolver referentes ao rateio de encerramento do grupo ou pelos excessos de amortização.

l) Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes - Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

m) Recursos do Grupo - Nesta conta são registrados os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500.000 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2016.

RAFAEL DA SILVA REIS
Diretor

HUGO PINTO RIBEIRO
Diretor

LUIZ ALBERTO JACOBUS
Diretor

KÁTIA C. REICHERT DE ANDRADE
Contadora CRC/RS 85.035/O-6